

Hospital de Urgências
de Goiás Dr. Valdemiro
Cruz (HUGO)

**Demonstrações financeiras “*carve-out*”
exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 31
de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”	3
Balancos patrimoniais “carve-out”	6
Demonstrações do resultado “carve-out”	7
Demonstrações de resultados abrangentes “carve-out”	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido “carve-out”	9
Demonstrações dos fluxos de caixa “carve-out” – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”

Aos Diretores do

Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (“HUGO”)

Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (“HUGO”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras carve-out”. Somos independentes em relação ao HUGO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras “carve-out” no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição das demonstrações financeiras “carve out”

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out” e os critérios utilizados para alocação do resultado, ativos e passivos. As demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz tivesse operado como uma única entidade independente.

As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (SBIBAE) com a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz, a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein e a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do HUGO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar o HUGO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do HUGO.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do HUGO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o HUGO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC 1SP270337/O-1

Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Balancos patrimoniais "carve-out" em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.019	44.407	Fornecedores	7	54.764	37.334
Estoques	5	17.320	9.479	Obrigações com pessoal e encargos sociais	8	14.044	7.157
Adiantamentos a funcionários		558	33	Outros passivos - cuidado público	9	27.667	24.707
Outros ativos - cuidado público	6	22.300	17.923	Outras contas a pagar		3.105	2.742
Outros ativos		862	108				
		<u>86.059</u>	<u>71.950</u>			<u>99.580</u>	<u>71.940</u>
				Não circulante			
				Provisão para contingências	10	570	10
						<u>570</u>	<u>10</u>
				Patrimônio Social			
				Déficit acumulado		(14.091)	-
						<u>(14.091)</u>	<u>-</u>
Total do Ativo		<u>86.059</u>	<u>71.950</u>	Total do Passivo		<u>86.059</u>	<u>71.950</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Demonstração de resultado "carve-out"

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 04 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	de 04/06/2024 a 31/12/2024
Repasse conforme contrato de colaboração	6	322.654	165.241
Medicamentos, materiais e gasoterapia	12	(79.531)	(38.430)
Pessoal, encargos sociais e benefícios	13	(97.822)	(43.280)
Prestação de serviços com terceiros	13	(121.329)	(68.108)
Provisão para perda	6	(14.091)	-
Despesas gerais	14	<u>(23.972)</u>	<u>(15.417)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(14.091)</u>	<u>6</u>
Despesas financeiras		<u>-</u>	<u>(6)</u>
Resultado financeiro		<u>-</u>	<u>(6)</u>
Resultado do exercício / período		<u><u>(14.091)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Demonstração de resultado abrangente "carve-out"

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 04 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício / período	(14.091)	-
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(14.091)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Demonstração da mutação do patrimônio líquido "carve-out "

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 04 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Resultado acumulado
Saldo em 4 de junho de 2024	-
Resultado do período	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Resultado do exercício	(14.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(14.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Demonstração do fluxo de caixa "carve-out" (Método indireto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 04 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa da atividades operacionais		
Resultado do exercício / período	(14.091)	-
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa		
Provisão para perda	14.091	-
Provisão para perdas em estoques	764	26
Provisão para contingências	579	10
Recebimento de estoque no início do contrato	-	(4.075)
	<u>1.343</u>	<u>(4.039)</u>
Variações nos ativos e passivos		
<i>Aumento dos ativos</i>		
Estoques	(8.605)	(5.430)
Outros ativos - cuidado público	(18.468)	(17.923)
Outros ativos	(1.279)	(141)
<i>Aumento dos passivos</i>		
Fornecedores	17.430	37.334
Obrigações com pessoal e encargos	6.887	7.157
Outros passivos - cuidado público	2.960	24.707
Outras contas a pagar	363	2.742
Pagamento de contingências	(19)	-
	<u>(731)</u>	<u>48.446</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>612</u>	<u>44.407</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	44.407	-
No fim do período	<u>45.019</u>	<u>44.407</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>612</u>	<u>44.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Contexto operacional da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (“Sociedade”)

A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, designada "Sociedade", foi criada em 1955 e o Hospital Israelita Albert Einstein inaugurado em 1971. A Sociedade é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo - SP, dedicada à assistência à saúde, nos segmentos público e privado, por meio de unidades hospitalares, de medicina diagnóstica e ambulatoriais, bem como à consultoria, ensino, pesquisa, inovação e responsabilidade social, com permanente compromisso com a qualidade e excelência, melhoria do sistema de saúde do País e aumento da equidade. Suas unidades estão distribuídas nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Amazonas e Mato Grosso.

Reconhecida como de Utilidade Pública nos níveis municipal, estadual e federal, a Sociedade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido pelo Ministério da Saúde, que tem como contrapartida à realização de projetos no âmbito de participação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), nas áreas de capacitação de recursos humanos, pesquisa de interesse de saúde pública, avaliação e incorporação de tecnologias, apoio à gestão e assistência especializada.

A Sociedade tem atuação no sistema público de saúde através de convênios, contratos de gestão e termos de colaboração celebrados com as Secretarias Municipais, Estaduais e o Ministério da Saúde, bem como atende filantropicamente às necessidades de assistência à saúde, ensino e cuidado a idosos de comunidades específicas.

Contexto operacional do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz

Em 04 de Junho de 2024 a Sociedade celebrou o Termo de Colaboração emergencial N° 54/2024-SES/GO com a Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO para a administração do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (“HUGO”), pelo período de vigência de seis meses. O HUGO é um hospital público, de atendimento exclusivo a pacientes do SUS, sem cobrança aos usuários, situado na Av. 31 de março esquina c/ 5ª Radial, Setor Pedro Ludovico, Goiânia – Go. Em 07 de agosto de 2024 foi aprovado o Termo de colaboração definitivo nº 97/2024 com condições e obrigações complementares ao Termo de Colaboração firmado. O contrato tem prazo de 36 meses contados a partir de agosto de 2024, com possibilidade de extensão.

Operacionalmente, o HUGO é uma filial da Sociedade, atuando sob o CNPJ 60.765.823/0090-05, razão pela qual não possui Estatuto Social próprio, Certificado de Gratuidade, Atas de Constituição e outros documentos societários pertinentes.

De acordo com o referido contrato, o HUGO é de propriedade da Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, cabendo apenas à gestão hospitalar e administrativa à Sociedade. Parte substancial dos funcionários que prestam serviços ao Hospital são contratados pela Sociedade, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não se sujeitando às normas usuais para contratação de

funcionários públicos. Os médicos são contratados via pessoa jurídica. Há complemento de quadro profissional com funcionários concursados estadual.

As operações do HUGO são custeadas por repasses da Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, originadas do termo de colaboração, desta forma todos os custos operacionais empenhados pela Sociedade na execução dos planos de trabalho são reembolsados.

Antes da assinatura do contrato em 04 de junho de 2024 o Hospital era gerido pelo Instituto CEM. Na sucessão a Sociedade recebeu os saldos de estoque no montante de R\$ 4.075 e os ativos concedidos para a gestão no montante de R\$ 21.215. Não houve sub-rogação de profissionais ou assunção dos passivos.

1.1 Plano da Administração do Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Hospital conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos à fornecedores, obrigações trabalhistas e sociais.

O HUGO apresentou os seguintes indicadores nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Patrimônio líquido / (Déficit) do exercício	(14.091)	-
Passivo circulante excedendo ativo circulante	13.521	(10)
Caixa líquido - Aplicações custeio (nota 4)	<u>12.135</u>	<u>19.520</u>

Em busca do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Sociedade formalizou pleitos junto à Secretaria Estadual de Saúde contemplando:

- a) recomposição do repasse relacionada à ampliação de leitos de UTI, considerando a evidência de demanda reprimida assistencial; e
- b) reequilíbrio contratual para o exercício de 2026, incluindo atualização de índices de inflação e das premissas de custeio.

Adicionalmente, o HUGO mantém a execução de ações internas de eficiência operacional e gestão de custos, com foco na mitigação do desequilíbrio entre receitas de repasse e despesas incorridas, visando à sustentabilidade da operação, e os seguintes planos de ações estão mapeados pela administração para reequilíbrio financeiro do contrato:

- Aquisição de bens em substituição à locação;
- Redução de mão de obra indireta;
- Renegociação dos serviços de suporte à operação e gastos gerais.

Baseado nos planos acima descritos, a Administração tem uma expectativa razoável de que o HUGO terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível. Se o HUGO não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na capacidade do HUGO cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “*carve-out*” do HUGO foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Essas demonstrações financeiras “*carve-out*” contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (“HUGO”), gerida pela Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (“Sociedade”) os quais são controlados e operados por meio de sistemas contábeis segregados aos da Sociedade. Os ativos, passivos e alocação dos gastos e repasses do HUGO foram identificados e obtidos individualmente dos registros contábeis históricos da Sociedade.

Dessa forma, as demonstrações financeiras “*carve-out*” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o HUGO tivesse operado como uma única entidade independente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa contemplam o período de 04 de junho de 2024 à 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras “*carve-out*” foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e fundos de investimentos (instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado) que são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras “*carve-out*” são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do HUGO. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras “*carve-out*” de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e quando aplicável, são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis dentro do próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Estoques: Mensuração da avaliação da provisão para estoques obsoletos, nota explicativa nº 5;

- Provisão para contingências: Determinação da mensuração da provisão para contingências, nota explicativa nº 10;
- Provisão da perda sobre outros ativos - cuidado público, nota explicativa nº 06.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do HUGO requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o HUGO usa, tanto quanto possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

3 Políticas contábeis materiais

O HUGO aplicou as políticas contábeis materiais, descritas abaixo, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e fundos de investimentos que são mensurados ao valor justo.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o HUGO se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido em caso de um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), pelos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros - Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). No exercício de 2025, o HUGO não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o HUGO mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais, quando houver, e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é contabilizado no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O HUGO tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o HUGO tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, o HUGO mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o HUGO utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o HUGO mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

d. Repasse a receber

O HUGO recebe mensalmente os valores destinados a realização dos custos para atendimento e manutenção do Hospital, conforme estabelecido no termo de convênio. Quando os valores executados superam os valores de repasse há negociação com a Secretaria Estadual de Saúde para complementar os repasses, os valores em aberto estão registrados pelo valor líquido de expectativa de realização na rubrica de Outros ativos – cuidado público em contrapartida da rubrica de Repasses conforme contrato de colaboração na demonstração de resultado. Em contrapartida, quando os valores de repasses recebidos superam os valores executados no período, os valores excedentes são registrados no passivo na rubrica de Outros passivos – cuidado público e compensados na execução do período seguinte. De igual maneira, quando os valores recebidos referem-se a verbas para investimentos, estes também são reconhecidos em contrapartida na rubrica de Outros passivos – cuidado público.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e para isso o HUGO realiza periodicamente a avaliação de itens de baixa rotatividade. A mensuração dos valores dos estoques é realizada pela média ponderada móvel.

f. Imobilizado

Na gestão exercida no HUGO pela Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, a infraestrutura é de propriedade do órgão governamental, cabendo à Sociedade a utilização dos bens como parte de sua contraprestação em serviços hospitalares. Desta forma, a política contábil aplicada ao HUGO para fins de controle dos bens geridos dos órgãos públicos é manter controles secundários dos saldos e dos bens dos órgãos governamentais. Veja montante gerido em ativos imobilizados e respectivas vidas úteis na nota explicativa nº 11.

g. Obrigações com pessoal e encargos sociais

Benefícios de Curto Prazo a Empregados

As obrigações com benefícios de curto prazo a empregados, incluindo gratificações, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o HUGO tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando há um passivo de prazo ou valor incerto que pode ser mensurado de forma confiável, decorrente de uma obrigação presente (legal ou informal) originada por eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O HUGO está envolvido como parte em processos judiciais. As provisões para contingências são constituídas nos casos em que é provável que a liquidação da obrigação resulte em saída de recursos e seja possível realizar uma estimativa confiável do valor.

A avaliação da probabilidade de perda leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, além das análises realizadas pelos advogados externos que são revisadas periodicamente para refletir as alterações nas circunstâncias.

i. *Apuração do resultado do exercício*

Os repasses recebidos no Termo de Colaboração firmado com o órgão público referem-se a uma subvenção governamental conforme descrito na ITG 2002 R1, por tratar-se de valores auferidos das parcerias com órgãos governamentais para custear as atividades da Sociedade no âmbito da gestão do HUGO.

Os repasses recebidos do ente governamental servem exclusivamente para reembolso dos gastos incorridos na operação das atividades do HUGO.

Nesse contexto, de acordo com a norma CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, na Sociedade as subvenções/repasses são apresentadas como dedução das despesas relacionadas nas demonstrações de resultado e nestas demonstrações financeiras "carve-out" as naturezas dos custos e despesas são apresentadas separadamente da subvenção para melhor apresentação das operações deste contrato de gestão. Além disso, na data do balanço, quando os valores de repasses contratuais são inferiores aos valores dos gastos incorridos, o valor a receber pelo HUGO é reconhecido na rubrica Outros ativos - cuidado público em contrapartida da rubrica de Repasses conforme contrato de colaboração na demonstração de resultado e quando os repasses contratuais superam os gastos incorridos é reconhecido uma obrigação na rubrica Outros passivos - cuidado público.

j. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas*

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O HUGO não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC51/IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado do exercício, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de superávit operacional recém-definido. O superávit líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do superávit operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O HUGO está no processo de avaliação dos impactos dos novos padrões, particularmente com relação à estrutura da demonstração de superávits e déficits do HUGO, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho definidas pela administração. O HUGO está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras Normas Contábeis

O HUGO também está avaliando o impacto em contratos de eletricidade relacionados à natureza devido as alterações na IFRS 9 e IFRS 7.

Não se espera que as alterações referentes à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, conforme previsto nas modificações da IFRS 9 e IFRS 7, tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras do HUGO.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O HUGO possui valores disponíveis em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e baixo risco, que são prontamente conversíveis em caixa e têm como objetivo principal a preservação do capital e a geração de receitas financeiras. Essas aplicações são realizadas junto a bancos de primeira linha e possuem destinação definida contratualmente ao custeio das operações ou a investimentos em bens de natureza durável.

Em moeda local	Taxa de rendimento a.a%	2025	2024
<i>Recursos do contrato de gestão:</i>			
Bancos		108	516
Aplicações destinadas ao custeio	14,32%	12.135	19.520
Aplicações destinadas ao investimento	14,32%	30.696	24.371
Aplicações destinadas ao fundo rescisório (i)	14,32%	2.080	-
		<u>45.019</u>	<u>44.407</u>

- (i) Refere-se a fundo de reserva constituído conforme previsto no Termo de Colaboração firmado com o órgão público para cobertura de rescisões trabalhistas, férias e 13°.

5 Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. Os estoques são demonstrados ao custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização dos estoques está atrelado aos serviços prestados com o consumo do material. A provisão para estoques obsoletos é constituída considerando os prazos de itens sem movimentação e sem expectativa de utilização e foi constituída no montante de R\$ 764 em 2025 (R\$ 26 em 2024).

	2025	2024
Medicamentos e materiais	15.758	8.521
Adiantamentos para aquisição de estoques	185	239
Almoxarifado	1.377	719
	17.320	9.479

6 Outros ativos – cuidado público

Refere-se aos valores de apropriação de contrato de gestão junto a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás.

	2025	2024
Saldo inicial	17.923	-
Repasse de custeio recebido da SES/GO	(299.372)	(156.215)
Devoluções ao SES/GO (i)	-	14.985
	(299.372)	(141.230)
Provisão para perda (ii)	(14.091)	-
Rendimentos dos recursos mantidos em aplicação financeira	(4.320)	(4.075)
Recebimento de estoque	-	(1.852)
Outros	(494)	(161)
Custos e despesas totais	322.654	165.241
	303.749	159.153
	22.300	17.923

- (i) A movimentação financeira refere-se ao encerramento do contrato emergencial, ocorrido em 06 de agosto de 2024. Considerando que o repasse dos recursos foi efetuado integralmente antes dessa data, identificou-se a necessidade de devolução à SES/GO, de forma proporcional (pro rata).
- (ii) Foi constituída uma provisão para perda considerando as expectativas de reequilíbrio dos saldos no andamento das operações com reduções de custos, revisão do escopo contratual, histórico de negociações com os órgãos públicos e sua capacidade de pagamento, além de expectativa de continuidade do contrato.

Em 2025 o total do valor de repasse foi inferior ao total de custos incorridos no período, resultando em saldo negativo considerando: “(+) Saldo anterior (+) Repasse (+) Rendimentos Financeiros (-) Custos Incorridos (-) Perda esperada sobre contrato de convênio”, resultando no saldo a receber total de R\$ 22.300, que foi reclassificado para a conta de Outros ativos – cuidado público em dezembro.

7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades.

	2025	2024
Serviços - pessoa jurídica (*)	41.379	32.688
Materiais – nacionais	13.385	4.646
	54.764	37.334

(*) Refere-se substancialmente a serviços com terceiros referente a mão de obra contratada e serviços contratados, conforme nota 13.

8 Obrigações com pessoal e encargos sociais

	2025	2024
Provisão para férias e encargos sociais	10.410	4.143
Imposto de renda na fonte a recolher	2.994	2.419
Encargos de folha de pagamento a recolher	325	539
Outras obrigações com pessoal e encargos	315	56
	14.044	7.157

9 Outros passivos – cuidado público

	2025	2024
Saldo inicial	24.707	-
Repasse de investimentos recebido da SES/GO (a)	31.058	25.929
Rendimentos dos recursos mantidos em aplicação financeira	3.622	309
Aquisição de ativos (a)	(29.311)	(1.944)
Devoluções	(1.858)	-
	28.218	24.294
Fundo para fins rescisórios e ações judiciais (b)	(413)	413
Doações	(138)	-
	(551)	413
Saldo final	27.667	24.707

(a) Contratualmente os valores recebidos como verba de investimento devem ser utilizados para a aquisição de bens de natureza durável, estes itens não são registrados no ativo imobilizado da unidade por serem considerados bens da SES/GO. Vide notas explicativas nsº 3.f e 11.

(b) Trata-se de fundo para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais. É formado com depósitos mensais de 3% do valor repassado pelo parceiro público para pagamento de pessoal CLT (Contrato 097/2024) – SES/GO.

10 Provisão de contingências

O HUGO é parte em processos judiciais e administrativos, razão pela qual provisões são constituídas provisões para todas as contingências que apresentem risco de perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência consolidada, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos, e envolve julgamento e incertezas (Nota explicativa nº 2.d).

Adicionalmente, não há contingências classificadas como de perda possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Provisões para contingências	570	10
	570	10

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

2025					
	Saldos em 31/21/2024	Adições	Estorno de Provisões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2025
Contingências trabalhistas	10	579	-	(19)	570
	10	579	-	(19)	570
2024					
	Saldos em 04/06/2024	Adições	Estorno de Provisões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2024
Contingências trabalhistas	-	10	-	-	10
	-	10	-	-	10

11 Bens públicos advindos do Termo de Convênio

Os bens advindos do Termo de Convênio foram recebidos da Secretaria de Estado da Saúde - SES/GO, por ocasião do início da operação ou adquiridos com previsão de reembolso junto ao ente público, tendo sido inventariados e registrados em contas de compensação. A infraestrutura do HUGO é de propriedade do órgão governamental, de modo que esses ativos são utilizados nas atividades e ações previstas no Termo de Convênio, e serão devolvidos à Secretaria de Estado da Saúde quando do término do contrato de gestão. Para fins de controle dos bens geridos do órgão público, mantém-se controles secundários dos saldos e desses bens, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Edificações	14.817	22.899	37.716
Equipamentos de Processamento de Dados	4.846	3.334	8.180
Móveis e Utensílios	3.496	3.078	6.574
	<u>23.159</u>	<u>29.311</u>	<u>52.470</u>

	04/06/2024	Adições	31/12/2024
Edificações	14.817	-	14.817
Equipamentos de Processamento de Dados	2.918	1.928	4.846
Móveis e Utensílios	3.480	16	3.496
	<u>21.215</u>	<u>1.944</u>	<u>23.159</u>

12 Medicamentos, materiais e gasoterapia

	2025	De 04/06/2024 a 31/12/2024
Materiais e medicamentos	(56.069)	(24.945)
Materiais de consumo	(23.462)	(13.485)
	<u>(79.531)</u>	<u>(38.430)</u>

13 Pessoal, encargos sociais e benefícios

	2025	De 04/06/2024 a 31/12/2024
<i>Pessoal</i>		
Salários e encargos	(94.495)	(43.001)
Benefícios	(3.327)	(279)
	<u>(97.822)</u>	<u>(43.280)</u>
<i>Serviços de terceiros</i>		
Mão de obra contratada (i)	(77.605)	(39.258)
Serviços contratados (ii)	(43.724)	(28.850)
	<u>(121.329)</u>	<u>(68.108)</u>
	<u>(219.151)</u>	<u>(111.388)</u>

i) Refere-se substancialmente a contratação de serviços de limpeza, segurança, lavanderia, entre outros.

ii) Refere-se substancialmente a honorários médicos.

14 Despesas gerais

	2025	De 04/06/2024 a 31/12/2024
Reparos e conservação de bens (i)	(10.747)	(7.225)
Locação de equipamentos e materiais	(5.836)	(2.882)
Insumos	(4.160)	(2.379)
Despesas com viagens	(2.491)	(2.842)
Provisão para contingências-processos trabalhistas	(679)	(10)
Representações e eventos	(34)	0
Locação de imóveis	(14)	0
Impostos e taxas	(11)	(79)
Outros ativos – cuidado público	<u>(23.972)</u>	<u>(15.417)</u>

- (i) Devido a depreciação da estrutura física recebida incorreu-se em despesas para a manutenção do Hospital, que incluiu manutenção predial e pequenas reformas (estrutura física e infra de tecnologia da informação), adequações regulatórias, contratos de manutenção de máquinas e equipamentos, e outros.

15 Remuneração do pessoal chave da administração

O Estatuto Social da Sociedade possui previsão de não remuneração dos membros dos órgãos da administração referentes ao Conselho Deliberativo, Mesa Diretora, Diretoria Eleita e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Sociedade não paga nenhum tipo de remuneração, benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos atos constitutivos da Sociedade, conseqüentemente do HUGO.

16 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras do HUGO, conforme quadros abaixo:

	Hierarquia	Contábil	
		2025	2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		45.019	44.407
Outros ativos – cuidado público		22.300	17.923
Outros ativos		862	108
		<u>68.181</u>	<u>62.438</u>
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores		54.764	37.334
Outros passivos – cuidado público		27.667	24.707
Outras contas a pagar		3.105	2.742
		<u>85.536</u>	<u>64.783</u>

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros do HUGO esteja próximo ao seu valor contábil.

Gerenciamento dos riscos financeiros

O HUGO apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (a);
- Risco de liquidez (b);
- Risco de mercado (c).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do HUGO a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do HUGO, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do HUGO caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Para os saldos de bancos e aplicações financeiras, busca-se equilíbrio entre o risco de insolvência e a maximização dos rendimentos com as aplicações sendo mantidas, substancialmente, em fundos exclusivos estruturados com bancos de primeira linha, vide nota explicativa nº 4.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras “carve-out” está apresentado abaixo:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	45.019	44.407
Outros ativos – cuidado público	22.300	17.923
Outros ativos	862	108
	<u>68.181</u>	<u>62.438</u>

A exposição do HUGO ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características dos valores a receber de contratos de gestão Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO e investimentos em aplicações financeiras.

Para mitigar esses riscos, o Hugo adota a política de acompanhamento mensal dos valores formalizados nos aditivos contratuais e planos de trabalho com a Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO versus os repasses recebidos. Ao identificar ausência de repasse ou divergências, o HUGO obtém com a Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO as justificativas nas deliberações, inclusive quanto a compensação dos repasses a menor com utilização do saldo de caixa ou demais entendimentos que evidenciem a probabilidade de não-recebimento. Neste momento é reconhecida a glosa.

A administração monitora o risco avaliando periodicamente a nota de Capacidade de Pagamento – CAPAG atribuída pelo Tesouro Federal, do Estado, que considera a liquidez, endividamento e poupança corrente.

O HUGO constitui a provisão a partir da análise da capacidade de pagamento do Estado, resultados recentes de negociações e expectativas de continuidade no contrato, obtendo o índice de favorabilidade de recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o valor de exposição foi de R\$ 36.391 e a provisão de perda foi de R\$ 14.091.

No que tange às instituições financeiras, o HUGO somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa, conforme nota explicativa nº 4 - Caixa e equivalentes de caixa.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o HUGO irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do HUGO na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do HUGO.

Exposição ao risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

Passivos financeiros não derivativos	2025	2024
Fornecedores	54.764	37.334
Outros passivos - cuidado público	27.667	24.707
Outras contas a pagar	3.105	2.742
Total	<u>85.536</u>	<u>64.783</u>

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros e taxas de câmbio, irão afetar os ganhos do HUGO ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Finanças.

17 Eventos subsequentes

Repasse recebido pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES/GO) - Custeio da Operação em 2026:

O HUGO já recebeu da SES/GO parte dos repasses para custeio das operações do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026, conforme demonstrado a seguir:

*Hospital de Urgências
de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO)
Demonstrações financeiras "Carve-out" de
31 de dezembro de 2025 e 2024*

Data do Recebimento	Valor do repasse
Janeiro	24.601
Fevereiro	25.029
Março	24.496
Abril	24.878
Total recebido	<u>99.004</u>

Fabiana Rolla
Diretor Hospitalar Cuidado Público

Henrique Sutton de Sousa Neves
Diretor geral

Patricia Leisnock Santos
Diretora executiva de planejamento, finanças e serviços

Jorge Paulo Barbosa
Contador CRC ISP-214246/O-1